

Geopolítica e Ideologia na Construção da Hegemonia das Potências Atlânticas

*Edu Silvestre de Albuquerque*¹

*Higor Ferreira Brigola*²

Resumo

A Geopolítica anda junto com as ideologias de seus formuladores e de cada época, e para complicar ainda mais sua situação, confunde-se com as próprias formulações estratégicas dos Estados. Não obstante, a visão de mundo Ocidental se ampara nas concepções geopolíticas formuladas no interior de suas potências atlantistas hegemônicas. Ali, por formar parte do conjunto das ideias dominantes, o pensamento geopolítico, pode então parecer liberto dos estigmas que o associam ao totalitarismo e militarismo, que é o que se sucede quando o pensamento geopolítico é produzido fora do eixo do Atlântico Norte, especialmente em Estados politicamente valiosos ou regimes de governo hostis aos interesses atlantistas.

Palavras-chave: Geopolítica; Atlântico Norte; Hegemonia.

Geopolitics and Ideology in the Construction of Hegemony Powers Atlantic

Abstract

Geopolitics goes along with the ideologies of their makers and each time, and to further complicate their situation, intertwined with their own strategic formulations of the States. Nevertheless, the Western worldview that supports the geopolitical conceptions formulated within its atlanticist hegemonic powers. Here, by forming part of the set of dominant ideas, the geopolitical thinking, can then feel free from the stigmas that associate with totalitarianism and militarism, which is what happens when the geopolitical thinking is produced outside the axis of the North Atlantic, especially in politically valuable states or regimes hostile to the interests of government atlanticist.

Keywords: Geopolitics; North Atlantic; Hegemony.

1 Doutor em Geografia pela UFSC. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFRN e Professor Colaborador do Programa de Mestrado em Gestão do Território da UEPG. Contato: edusilvestre@ufmet.br

2 Mestrando em Gestão do Território pela UEPG. Contato: higor_hc@hotmail.com

Introdução

Em sua concepção mais acadêmica, a Geopolítica aparece vinculada ao estudo da presença do fator geográfico contido na projeção de poder dos Estados ou alianças de Estados; daí que o fator geográfico pode ser considerado como elemento estruturante da organização social e territorial mundial.

Esta característica de ordenar e racionalizar o tempo histórico possibilita ao geopolítico exercer um olhar geográfico de longa duração sobre o processo social, para fazer uma analogia com a ideia de “tempo de longa duração” de Fernand Braudel. Afinal, a Geopolítica sempre esteve presente na história dos povos e, portanto, constitui o pano de fundo das ações dos Estados no campo internacional e para dentro de seus próprios territórios.

E como o desenrolar do processo histórico aparece eivado de contradições sociais, a Geopolítica aparece particularmente disputada pelas ideologias, fazendo confundir o mundo das ideias e o mundo do real, fazendo confundir interesses individuais e interesses coletivos dos atores estatais. Daí, a Geopolítica ser questionada como ciência em seus alicerces conceituais, mesmo aqueles que mais explicitam sua dimensão de materialidade, casos das acepções clássicas de “espaço vital” e “*heartland*”, dentre tantos outros³.

Esta perspectiva dual, isto é, ao mesmo tempo material e ideológica da Geopolítica, aparece claramente nas “estratégias de contenção”⁴ e políticas de defesa dos Estados Nacionais, e que segundo a tradição realista, é intrínseca a um sistema internacional marcado pela noção de balanço de poder, onde cada ator estatal busca perseguir objetivos políticos particularistas. Infelizmente, esta perspectiva dual da Geopolítica tem sido mal compreendida pela comunidade geográfica internacional, desde a crítica francesa à Geopolítica Clássica Alemã, mas ainda, mais enfaticamente a partir da “desconstrução ideológica” proposta na obra de Yves Lacoste (1989).

Este ensaio visa explorar exatamente esta relação entre as projeções geopolíticas e o arcabouço ideológico da hegemonia Ocidental concebido a partir de seus Estados Estabilizadores (GILPIN, 2004). Para tanto, elegemos os principais geopolíticos atlantistas instrumentalizados pelos Estados, protagonistas da história mundial recente, e que, justamente por esta origem distinta, puderam mais livremente se dissociar daqueles

³ Daí também que, apesar desta concretude, a Geopolítica não permite o mesmo consenso acadêmico como o registrado em outros ramos da própria ciência geográfica como a Geomorfologia e a Cartografia, pois está sempre às voltas com as ideologias de seus autores e Estados que a mobilizam.

autores considerados malditos por trazerem concepções antagônicas ao projeto de hegemonia atlântica (caso dos geopolíticos associados ao nazismo e aos regimes nacionalistas de potências regionais do terceiro mundo).

A perspectiva atlantista

A Primeira Revolução Industrial eleva a Inglaterra à condição hegemônica capitalista, transformando a Europa Ocidental na principal unidade geoeconômica mundial. Mas a Segunda Revolução Industrial representaria o deslocamento do poder econômico mais para o Oeste Atlântico, com os Estados Unidos substituindo a Inglaterra no protagonismo do sistema capitalista mundial. Os primeiros séculos do desenvolvimento da grande indústria representam, portanto, um processo geográfico centrado no mundo atlântico.

A geopolítica do século XX foi marcada pela concentração dos fluxos econômicos na Bacia do Atlântico Norte, com a hegemonia mundial do poder marítimo anglo-americano. As principais ameaças à hegemonia atlantista foram representadas por Estados periféricos e eminentemente de poder terrestre, casos de Alemanha e União Soviética (a exceção foi o Japão). Durante o “breve século XX” - para resgatar uma expressão de Eric Hobsbawm -, duas teorias geopolíticas fundamentaram as estratégias Ocidentais de contenção nos períodos que se sucederam à Primeira Guerra e Segunda Guerra Mundial, respectivamente, a teoria do *heartland* – formulada pelo britânico H. Mackinder - e a estratégia de contenção ao comunismo do estadunidense G. Kennan.

Mas a geopolítica do século XXI altera a distribuição geográfica dos fluxos comerciais, agora também destacando a Bacia do Pacífico. E apesar desse movimento não ser acompanhado por uma equivalente desconcentração do poder financeiro, político e militar - que ainda gravitam no Atlântico Norte -, indica que alterações estruturais no sistema internacional continuam largamente possíveis. Nessa nova ordem mundial, permanecem as incógnitas especialmente da Rússia pós-comunista e da emergente China, bem como de coadjuvantes regionais menores.

O paradigma civilizacional proposto pelo estadunidense S. Huntington representa exatamente esse momento de busca de acomodação do poder atlantista na nova ordem internacional do pós-Guerra Fria. Anterior a Huntington, a tese civilizacional aparece também na proposta pelo britânico Bernard Lewis, afirmando a virtuosidade da tradição

4 As estratégias de contenção foram criadas a partir do realismo político, o qual induz os Estados Nacionais a competirem por poder e segurança.

ocidental em relação aos valores do Islã, traduzida na dicotomia modernidade x conservadorismo⁵. Afirmava Lewis que a evolução das sociedades muçulmanas dependia da negação de sua própria cultura, e o Ocidente deveria pelo convencimento ou força acelerar essas mudanças no Islã. Essa visão iluminista impregnada na política ocidental explicaria a permanência do apoio estadunidense às ditaduras árabes pró-ocidentais mesmo após o término da Guerra Fria, que somente se altera durante o mandato de B. Obama.

A primeira expansão territorial do liberalismo atlantista: o *heartland* mackinderiano

A Inglaterra dominou os mares entre os séculos XVIII e XIX, bem como nas primeiras décadas do século XX, impondo sua forma de liberalismo através de acordos comerciais e da ameaça das canhoneiras. Desde a repressão europeia ao tráfico de escravos para a América até a construção do Canal de Suez (Egito) – até hoje infraestrutura fundamental para os fluxos globais de petróleo –, eram os interesses livre-cambistas ingleses os mais beneficiados.

A França foi a eterna rival do projeto expansionista britânico, bloqueando diversas políticas inglesas – bem como sendo bloqueada – na Europa continental. Mas era um equilíbrio de poder, com os quais, os britânicos haviam se acostumado ao longo da história, sobretudo por certa vantagem britânica na expansão econômica e militar no resto do mundo.

A ampla supremacia mundial britânica viria a ser questionada, paradoxalmente, por uma ex-colônia. Os Estados Unidos foram a primeira área colonial libertada em relação ao projeto hegemônico britânico, alcançando sua autonomia na Guerra da Independência (1776-1783) e experimentado uma expansão econômica acelerada, onde combinava políticas protecionistas com certa dose de livre-comércio. A libertação estadunidense demonstrava que a hegemonia mundial britânica era fundamentalmente de natureza marítima, pois na luta em áreas continentais interiores sua supremacia naval era de pouco efeito⁶.

⁵ A tese de Huntington reporta ainda ao filósofo social e historiador polonês Feliks Koneczny. Professor universitário na recém independente Polônia, Koneczny redigiu em 1935, na Cracóvia, *O wielości cywilizacyj* (traduzido ao inglês em 1962, *On the Plurality of Civilisations*), e encontraria ao longo de suas pesquisas mais de vinte tipos básicos de civilizações ao longo da história, sendo sete destas ainda presentes no mundo moderno. Koneczny acreditava na teoria da conspiração judaica, que ameaçaria a existência do mundo latino-cristão. Interessante notar que tanto o número aproximado de civilizações modernas, quanto a ideia de confronto ou choque de civilizações (inclusive com a ideia de uma “civilização inimiga” do Ocidente) são elementos similares em Koneczny e Huntington.

Com os Estados Unidos em cena, um novo equilíbrio de poder foi estabelecido, ainda que sua expansão estivesse limitada ao Caribe e regiões mais afastadas da Ásia, consideradas áreas insulares de menor peso na estratégia hegemônica britânica. De qualquer forma, o sinal havia soado, e novos desafiantes globais ao poder britânico deveriam ser evitados de todas as formas possíveis.

Nas leituras classistas ou marxistas da história, a Segunda Guerra Mundial é acertadamente lembrada como uma disputa por mercados na fase do capitalismo monopolista de Estado. Mas quando se incorpora o verniz da análise geopolítica o panorama mundial do período fica bem mais claro assim como menos moralista: a Alemanha na Europa Central e o Japão no Extremo Oriente estavam obstinados em bloquear a expansão do liberalismo atlantista, exigindo o estreitamento das relações entre Inglaterra e Estados Unidos – berço da aliança atlantista – através de investimentos e ajuda militar estadunidense.

Embora o nazismo e sua rotulada “geopolítica auxiliar” - linha histórica expansionista e germanófila supostamente desde F. Ratzel até K. Haushofer - sejam satanizados durante e após a derrota germânica na Segunda Guerra, é preciso recordar que às vésperas daquele conflito, a Inglaterra se opôs ferozmente ao projeto alemão de construir uma ferrovia até o Golfo Pérsico para obter o necessário petróleo para sua indústria em desenvolvimento acelerado, fomentando inclusive os nacionalismos nos Balcãs para inviabilizar o traçado do projeto ferroviário alemão.

O alerta em relação aos obstáculos existentes no interior do continente europeu ao projeto liberal atlantista soara aos britânicos já no período que antecede à Primeira Guerra Mundial. O geopolítico britânico Halford John Mackinder (1861-1947) alcança grande sucesso com sua tese lançada na conferência *The geographical pivot of history*, proferida em 25 de janeiro de 1904, na *Royal Geographical Society*. No mesmo ano, o *Geographical Journal* publica sua tese em forma de artigo de dezesseis páginas, sendo classificado pelo geopolítico alemão Karl Haushofer como “*uma obra-prima geopolítica*”.

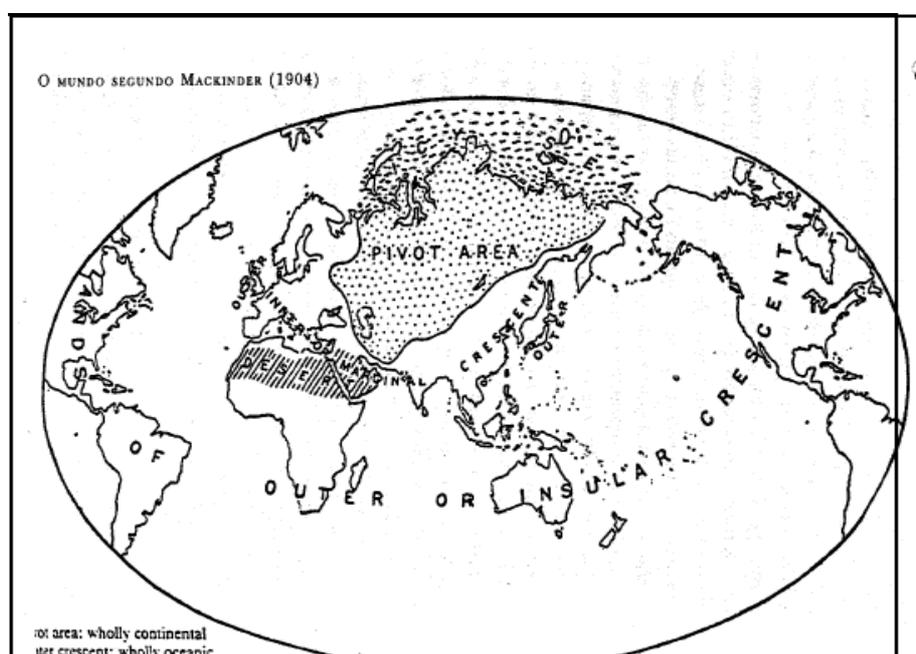
O argumento de H. Mackinder era de existência de uma rivalidade irreconciliável entre dois pólos antagônicos de poder, expressos na dualidade marítimo *versus* terrestre

6 Quando em 1890, o oficial da marinha dos Estados Unidos Alfred Thayer Mahan escreveu *The Influence of Seapower on History, 1660-1783*, destacando a importância da projeção naval dos Estados Unidos a partir da aproximação das frotas do Pacífico e do Atlântico, seu modelo mais recente era justamente o poder naval britânico. Na maior parte daquele século, o envolvimento militar dos Estados Unidos era limitado à sua “área de influência imediata”: a América Latina, onde intervenções preventivas se tornaram prática comum desde a Doutrina Monroe (1823). Mas a Guerra Hispano-Americana (1898) que os interesses estadunidenses haviam se projetado ao Caribe e Pacífico.

(MELLO, 1999). Em outras palavras, a disputa geopolítica mundial envolveria o oceanismo britânico contra o continentalismo russo-alemão, e os processos históricos mundiais se desenrolariam a partir desta dicotomia⁷.

Questionando a tradicional e usual Projeção de Mercator, o geógrafo britânico não apontava a Europa como centro geográfico do planeta, atribuindo esta condição de lugar central ao que denominava de “Área Pivô”, representada pelo núcleo da massa terrestre eurasiática (Figura 1).

Figura 1 - O mundo segundo H. Mackinder (1904)



O mapa-múndi mackinderiano traz a “área pivô” rodeada por dois grandes arcos. O primeiro deles – o Crescente Interno – corresponde ao espaço natural de expansão do poder terrestre, desejando projetar-se também enquanto poder anfíbio e, ao mesmo tempo, representa a primeira linha de defesa do poder marítimo. Na época, as principais nações contidas nesse arco eram os impérios alemão, austro-húngaro e turco-otomano, mais a Índia (então colônia inglesa) e a fragmentada China. Já o segundo arco – o Crescente Externo – corresponde à área de domínio do poder marítimo, abrigando as grandes potências econômicas e militares da Inglaterra, Estados Unidos e Japão, além dos domínios britânicos do Canadá, África do Sul e Austrália.

⁷ A história europeia era lembrada por H. Mackinder, caso das guerras greco-pérsicas na Antiguidade que defrontaram o poder naval do império grego e o poder terrestre do império persa; e na Era Moderna, a Guerra dos Sete Anos que envolveu a disputa por possessões coloniais na América e no Oriente entre a potência naval inglesa e a potência terrestre francesa.

O conceito de “área pivô” é reelaborado por Mackinder no livro *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*, publicado em 1919, quando passa a ser denominada de *heartland* (“coração da terra” numa tradução livre). Na obra, Mackinder reafirma que os fenômenos geopolíticos se desenrolam a partir dos conflitos travados entre o *heartland* e os crescentes ao seu redor: “*Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland; quem domina o Heartland controla a World Island; quem domina a World Island controla o mundo*” (apud MELLO, 1999, p. 56)⁸.

O *heartland* era muito menor que a “área pivô”, passando de 23 milhões a 13 milhões de km². Mas, segundo Claval (1994), Mackinder se mantinha fiel à sua proposta de oposição de um núcleo central a uma periferia.

Na estratégia geopolítica mackinderiana, o poder marítimo anglo-americano dependia do enfraquecimento dos poderes terrestres emergentes na Eurásia. Impedir a união entre a Alemanha nazista e a Rússia bolchevique tornava-se um imperativo, que o próprio Mackinder assumiria no campo diplomático após a Primeira Guerra Mundial. Para reforçar sua estratégia de contenção, Mackinder propõe a formação de um “cordão sanitário” que teria a função de isolar a Alemanha - derrotada na Primeira Guerra - da Rússia, dificultando uma futura aliança entre ambas através da criação de uma série de Estados-tampões.

Os territórios que formariam o “cordão sanitário” foram desmembrados dos quatro grandes impérios ruídos da Primeira Guerra: o russo, o alemão, o austro-húngaro e o turco. Aos 7 países que compunham a zona de contenção original proposta por Mackinder - Polônia, TchecoEslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia - somaram-se pouco depois os Estados Bálticos (entre 1918 e 1940) e a Finlândia (a partir de 1917-18).

Como disse o professor espanhol Clemente Herrero Fabregat, em palestra realizada no Brasil, em 2009, a Primeira Guerra pode ser analisada a partir do confronto ideológico entre a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia) e seu lema “igualdade, fraternidade, liberdade” e a Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria-Hungaro) e seu lema “ordem, justiça, fraternidade”, que representou a vitória do liberalismo de Rousseau sobre o romantismo (capitalismo nacional) de Herder.

⁸ Embora o poder geopolítico estivesse em mãos de potências oceânicas, para Mackinder as condições históricas eram mais favoráveis ao poder terrestre de construir uma esquadra e lançar-se ao oceano a partir de sua plataforma continental, do que ao poder marítimo, organizar um exército e lançar-se à terra a partir de sua base insular (MELLO, 1999).

O “cordão sanitário” mackinderiano não impediu a eclosão da Segunda Guerra – ainda que Alemanha e União Soviética tenham ficado em lados opostos –, mas continuaria o principal paradigma para a reorganização política da Europa após este novo conflito, e novamente com o fim da Guerra Fria através da desintegração da União Soviética e da Iugoslávia.

Outro detalhe do mapa-múndi mackinderiano é que todo o continente americano está localizado no arco externo à “área pivô”, mas a América do Sul está particularmente distante geograficamente falando da “área-pivô” (como já observado astutamente pelo geopolítico brasileiro Golbery do Couto e Silva). Na Segunda Guerra, a mais importante função exercida por um país como o Brasil foi quase que tão-somente de franquear aos aliados seu promontório Nordeste, projetando a costa atlântica em direção ao continente africano.

As grandes mudanças do cenário internacional anunciadas pelo pós-guerra não passaram despercebidas por H. Mackinder. No artigo *The round world and the winning of the peace*, publicado em 1943, o autor elabora um novo cenário para o futuro mundial que passava para uma ordem bipolar em virtude da ascensão soviética. Mello (1999) aponta para a continuidade do pensamento mackinderiano em Nicholas Spykman, Zbigniew Brzezinski, Samuel Huntington, Raymond Aron e outros geopolíticos contemporâneos.

Para os defensores da tese mackineriana, a relativa estabilidade internacional entre o final da Primeira Guerra e a eclosão dos conflitos que antecederam a Segunda Guerra, embora um período curto, foi em grande parte, alcançada pela estratégia de contenção mackinderiana. O poder naval britânico apoiado pelos EUA conseguiu deter o avanço da aliança fundada essencialmente na projeção do poder terrestre entre Alemanha, Império Autro-Húngaro e Império Turco-Otomano.

A estratégia defensiva atlântica: a contenção ao comunismo soviético de Kennan-Truman

Ao final da Primeira Guerra, os Impérios Autro-Húngaro e Turco-Otomano se fragmentaram em diversos países independentes, mas a Alemanha se rearmaria e lançaria nova aliança militar agora com Itália e Japão. Embora Japão e Alemanha mobilizassem importantes forças navais, o envolvimento dos Estados Unidos foi ainda mais determinante que no conflito anterior para imputar nova derrota ao poder eminentemente terrestre alemão. Mas ainda no caso da Segunda Guerra, surgia uma nova ameaça ao atlantismo ainda no *heartland* eurasiático, agora na sua porção oriental.

A ideologia socialista da União Soviética e sua tutela militar sobre os países ocupados do Leste Europeu passavam a representar o novo desafio ao liberalismo atlantista.

A ordem mundial que emerge do pós-guerra estava sustentada em dois pilares ideologicamente antagônicos - de um lado, o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, de outro, o bloco socialista liderado pela União Soviética -, bem como trazia em definitivo o deslocamento da hegemonia do poder naval atlântico da Inglaterra aos Estados Unidos. Embora não se tenha registrado nenhum confronto direto entre estas duas superpotências (por isso Guerra Fria), a luta pela hegemonia mundial foi marcada por diversas disputas militares em áreas periféricas ao *heartland* eurasiático.

Desde o final da Segunda Guerra que o continente europeu foi dividido em zonas de influência, com a parte oeste ou ocidental hegemônica pelos Estados Unidos, e a parte leste ou oriental pela União Soviética. A divisão da Alemanha nazista e de Berlim ilustravam a tentativa estadunidense de barrar o avanço soviético a partir do Leste Europeu:

(...) a ocupação da Europa do Leste foi apresentada como fato consumado por Stálin e que foi ratificada pela Conferência de Potsdam. Mas Truman acreditava que Stálin poderia manter planos expansionistas, não se contentando com a área já conquistada. Em agosto de 1945, logo após a Conferência de Potsdam, Truman ordenou o ataque nuclear a Hiroshima e Nagasaki, com o objetivo de dar um recado a Stálin. Moscou deveria conter seu ímpeto expansionista, caso não quisesse ser alvo de um ataque nuclear. (ARBEX JR., 1997, p. 97).

O presidente britânico Winston Churchill reivindicava junto aos aliados ocidentais uma ampla estratégia de contenção do avanço soviético pela Europa. Naquele cenário, o diplomata e cientista político estadunidense George Frost Kennan se tornaria indispensável na formulação das novas bases da estratégia militar estadunidense e atlântica, atendendo não apenas aos apelos de Churchill mas de todas as democracias (e ditaduras) capitalistas.

O realismo de George Kennan transparece na aposta na supremacia do poder naval estadunidense - já destacado por N. Spykman⁹ -, e com o qual esperava deter o avanço comunista soviético nas regiões costeiras estratégicas da “ilha mundial” eurasiática:

Veio da oficialização deste conceito a teoria da estratégia de contenção de Truman e as variadas ações diplomáticas e militares de valorização estratégica das chamadas *fringe areas*, que resultaram na participação dos Estados Unidos no Pacto do Atlântico, na pressão diplomático-militar sobre a Grécia e Turquia, no engajamento militar nas guerras da Coreia e do Vietnã, no Tratado do Sudeste Asiático e em outras iniciativas de menor vulto. (MEIRA MATTOS, 2002, p. 25).

G. Kennan lançou suas ideias no livro *Containment Theory*, lançado em 1947, e neste mesmo ano, o presidente estadunidense Harry Truman pronunciara seu famoso discurso de comprometimento na contenção do avanço socialista na Europa e no mundo, oficializando a estratégia de contenção que ficaria conhecida por “Doutrina Truman”, embora tenha sido elaborada por Kennan.

O Plano Marshall de ajuda econômica para a reconstrução da Europa devastada e a criação do bloco militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foram deste período, inclusive agora institucionalizado a aliança atlântica. Criada em 1949, em Bruxelas, a OTAN consolidaria a hegemonia americana na porção oeste do continente europeu, ao garantir proteção militar aos países capitalistas da região no caso de ataque soviético. Por sua vez, os soviéticos criaram em resposta o Pacto de Varsóvia, em 1955, com o intuito de proteção militar aos países socialistas europeus em caso de agressão Ocidental.

Para descrever a geopolítica da Guerra Fria, o sociólogo francês Raymond Aron cunhou duas expressões que ficariam famosas, a “baleia americana” como analogia ao poder naval estadunidense e o “urso russo” como analogia ao poder terrestre soviético (MELLO, 1999). Assim, percebe-se que as estratégias de contenção de H. Mackinder e de G. Kennan apresentavam ao menos dois pontos importantes em comum:

- ambas identificavam as principais ameaças ao poder Ocidental ou Atlântico a partir da projeção de algum poder terrestre (em Mackinder era a Alemanha, e em Kennan a União Soviética) sediado no coração da “ilha mundial” eurasiática;
- ambas defendiam que o objetivo político de contenção somente seria alcançado a partir da projeção do poder naval (respectivamente, britânico e estadunidense).

⁹ A teoria do Poder Marítimo foi formulada por Nicholas Spykman na obra *The Influence of Sea Upon History* (1890).

A nova onda expansionista do liberalismo atlantista: a contenção culturalista de S. Huntington

No momento imediato ao fim da Guerra Fria, o desbaratamento do projeto socialista soviético¹⁰ permitiu que a atenção dos EUA se deslocasse às áreas mais instáveis da periferia da Eurásia, especialmente nas zonas produtoras de petróleo, além da própria China. Observa-se que o próprio conceito de *heartland* eurasiático tende a se deslocar da parte europeia à asiática, concentrando as manobras agregadoras daquela vasta região dotada de grandes recursos naturais no Império do Meio, antigo nome da China, que já se torna a segunda maior economia global.

Na obra *O Novo Imperialismo*, David Harvey (2004) resgata a tese do Imperialismo na forma de “acumulação por espoliação”, necessidade sistêmica do capitalismo para resolver a crise de superacumulação de capital em sua potência central. A “acumulação primitiva de capital” pela pilhagem das riquezas naturais das colônias americanas, asiáticas e africanas havia viabilizado os investimentos na grande indústria nascente das metrópoles europeias, e é exatamente esta face que Harvey identifica nas campanhas de conquista/intervencionismo militar praticadas atualmente pelos Estados Unidos no Oriente Médio Expandido.

A “acumulação por espoliação” em curso representa a remoção dos últimos obstáculos políticos e econômicos à expansão dos capitais estadunidenses pelo mundo. Na América Latina e Leste Europeu, o projeto hegemônico estadunidense pode se efetivar apenas com base no convencimento, com a adoção por parte daqueles governos dos novos mantras do neoliberalismo surgidos a partir do “Consenso de Washington”, garantindo a transferência das propriedades industriais e de serviços para as mãos de grupos estrangeiros. Mas em outras partes do mundo a remoção desses obstáculos ao expansionismo dos capitais estadunidenses exigiu a intervenção militar, casos do regime fundamentalista dos *talibans*, no Afeganistão, e do regime militar nacionalista e panarabista de Sadam Hussein, no Iraque, onde foi necessário ativar o “velho imperialismo” em sua face mais sangrenta que é a via da guerra e da ocupação militar.

Alguns analistas preferem afirmar que, ao invés de uma ordem unipolar ou atlântica, estaríamos diante de um mundo multipolar, com a afirmação de Japão e China na Bacia do Pacífico e o alargamento da União Europeia que ainda ensaia uma política

10 No intervalo de apenas 3 anos, uma sucessão incrível de eventos marcou o triunfo do liberalismo estadunidense ou atlântico: a queda do muro de Berlim (novembro de 1989), a reunificação da Alemanha (outubro de 1990), a dissolução do Pacto de Varsóvia (abril de 1991) e o fim da potência socialista soviética (dezembro de 1991).

externa independente (ainda discutindo se com a formação de um bloco militar autônomo em relação à OTAN). O ano de 2008 marcou também a rebeldia da Rússia através da retomada de ações militares diretas em sua histórica zona de influência imediata do Cáucaso.

Entretanto, a supremacia do poder naval estadunidense ainda não é questionada por nenhum desses atores, de forma que a maior preocupação atual dos EUA é deter o avanço e se precaver contra países e alianças que venham a desafiar seus interesses regionalmente. Assim, o paradigma do Choque de Civilizações proposto pelo cientista político estadunidense Samuel P. Huntington, em 1997, aparece como um dos principais alicerces teóricos que fundamenta o pensamento das lideranças e a nova estratégia de contenção dos Estados Unidos.

Samuel Huntington afirma que os conflitos num mundo pós-Guerra Fria não seriam como os anteriores que eram orientados por fatores econômicos ou ideológicos, e sim por fatores de ordem cultural. Os Estados-nações continuariam os principais atores dos acontecimentos no mundo, porém, os conflitos tendem a ocorrer entre Estados de diferentes civilizações, bem como as alianças entre Estados com base na identidade civilizacional (a “síndrome dos países parentes”). As linhas de cisão entre as civilizações serão, argumenta Huntington, as linhas de batalha do futuro, inclusive com potencial de fragmentar países tensionados por questões étnico-religiosas¹¹.

Se os conflitos do passado, argumenta o autor, tiveram como palco o seio da civilização ocidental (duas guerras mundiais mais a Guerra Fria), as relações internacionais atuais tendem a fortalecer as civilizações não-ocidentais, em seus contatos com a civilização ocidental e nas interações entre si. Nesta fase da história, os povos e governos das civilizações não-ocidentais já não seriam objetos passivos da colonização ocidental, mas juntar-se-iam ao Ocidente enquanto protagonistas da História (HUNTINGTON, 1997).

Para Huntington, o mundo estaria dividido entre oito grandes civilizações, quais sejam aquelas mais capazes de desenhar a ordem internacional: a ocidental, a ortodoxa, a latino-americana, a confucionista, a hinduísta, a japonesa, a islâmica e uma possível civilização africana. Para o autor, o acirramento dos conflitos civilizacionais tende a

11 O autor define civilização por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, bem como pela auto-identificação subjetiva dos povos. As civilizações poderiam abarcar várias centenas de milhões de pessoas, caso da China, ou apenas alguns milhares, caso da civilização caribenha anglófona. Da mesma forma, uma civilização poderia incluir numerosas nações-Estado, caso das civilizações ocidental, latino-americana e árabe, ou apenas uma, caso da civilização japonesa (HUNTINGTON, 1997).

ocorrer em razão justamente da ampliação das interações entre povos de civilizações diferentes trazidas pelo processo de globalização, o que intensifica a consciência da identidade civilizacional.

A modernização econômica também separa as pessoas das identidades locais formadas há muito tempo, enfraquecendo a nação-Estado como fonte identitária única, ao mesmo tempo em que a religião toma para si a tarefa de preencher esse vazio existencial (HUNTINGTON, 1997). Huntington também destaca que essas diferenças de natureza cultural são mais difíceis de conciliar e resolver que as diferenças de natureza política e econômica: nos conflitos ideológicos da Guerra Fria a questão-chave era "de que lado você está?", e as pessoas poderiam escolher um lado ou mudar de lado, mas nos conflitos civilizacionais a questão passa a ser "o que é você?", e isto não pode ser mudado. A religião e a etnia discriminam as pessoas de maneira drástica e exclusivista.

A funcionalidade do paradigma civilizacional para a nova estratégia de contenção estadunidense e sua aliança atlântica se explicita quando Huntington alerta sobre a aproximação entre a China (confucionista) e os Estados muçulmanos em seus riscos à hegemonia ocidental. A China (mais sua aliada a Coreia do Norte) e vários Estados do Oriente Médio estão, cada vez mais, ampliando significativamente a sua capacidade militar e intercambiando tecnologias sensíveis para o desenvolvimento nuclear e o lançamento de mísseis de longo alcance. Assim,

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética se engajaram numa clássica corrida armamentista, desenvolvendo armas nucleares e meios de lançamento cada vez mais sofisticados tecnologicamente. Era um caso de aumento contra aumento. No mundo pós-Guerra Fria, a competição fundamental em termos de armamento é de outro tipo. Os antagonistas do ocidente estão tentando obter armas de destruição em massa e o ocidente está tentando impedi-los. Não é um caso de aumento versus aumento, mas sim de aumento versus contenção. (HUNTINGTON, 1997, p. 237).

O Irã tem abertamente confrontado os Estados Unidos e investido em tecnologias nucleares duais. Outro país islâmico, o Paquistão, repassou tecnologia de centrifugação aos próprios iranianos. E suspeita-se que a China esteja por detrás do repasse dessas tecnologias, ainda que num primeiro momento talvez apenas interessada na contenção da Índia através do fortalecimento do rival Paquistão. A China ainda auxiliou os norte-coreanos no desenvolvimento da tecnologia da bomba atômica e de mísseis balísticos, exportou para a Líbia e o Iraque materiais que poderiam ser usados na produção de

armas nucleares e químicas, e ajudou a Argélia a construir um reator para pesquisa e produção nuclear.

Segundo Huntington, o aprofundamento dessa conexão militar confuciana-islâmica deve ser detido pelo Ocidente por todos os meios necessários, se deseja manter a hegemonia mundial, inicialmente através de pressão econômica e política para o cumprimento dos acordos de não-proliferação de armas de destruição em massa, mas não descartando a intervenção militar como já se viu no Afeganistão e Iraque, e se ameaça no Irã.

O diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães destaca a forma com que essas pressões ocidentais (preferimos o termo atlânticas) repercutem no sistema internacional, reproduzindo as relações históricas entre centro e periferia:

Esses acordos são promovidos e *impostos* por persuasão ou coerção em nível multilateral, como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), as convenções sobre armas biológicas e o Missile Technology Control Regime (MTCR), e, em nível regional, pela difusão das teorias e políticas de segurança cooperativa e pela formação de zonas de paz livres de armamentos nucleares que, todavia, não impedem o trânsito e o estacionamento de armas, inclusive nucleares, pelas grandes potências nessas mesmas zonas. Na esfera política, há todo um esforço de consolidação jurídica do poder das grandes potências pela ampliação informal da jurisdição territorial-militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da competência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde se vem redefinindo gradualmente o conceito de *ameaça à paz* e onde se promove o estabelecimento gradual de Estados em situação de virtual neoprotetorado, agora *coletivo*, que seria *necessário* à sua reconstrução, como seriam os casos do Timor, da Bósnia, do Afeganistão, do Iraque (...). (GUIMARÃES, 2005, p. 255).

Considerações Finais

A manutenção do poder mundial atlântico exige a implementação de estratégias de contenção eficientes e de fundamentação teórica condizente com as necessidades de previsão mínima para a evolução do cenário internacional, mais que isto, trata-se de produzir um discurso geopolítico eficiente baseado na defesa de um mundo aberto, ainda que represente fundamentalmente os interesses do liberalismo atlantista.

Nesse sentido, o paradigma civilizacional de Huntington assume as mesmas características da teoria do *heartland* de Mackinder e do cinturão anti-comunista de Kennan. As estratégias de contenção de Mackinder e de Kennan identificavam as principais ameaças ao poder atlântico na projeção de algum poder terrestre,

respectivamente, Alemanha e União Soviética, sediado no coração da “ilha mundial” eurasiática; enquanto que Huntington desloca essa ameaça potencial para a Ásia, especialmente na China e Oriente Médio. Em comum, Mackinder, Kennan e Huntington acreditam que o objetivo político da supremacia ocidental exige o contínuo fortalecimento do poder naval atlântico.

Essas diferentes estratégias geopolíticas das potências hegemônicas atlânticas ainda incluíram, em comum, o redesenhar arbitrário das fronteiras políticas no entorno ou no próprio interior dos Estados hostis e, ainda, a defesa impositiva do livre trânsito de capitais e mercadorias quando benéfica a suas potências centrais. Assim, ao tempo de Mackinder foram criados os Estados-tampões da Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Grécia, Letônia, Lituânia, Estônia e Finlândia. No período vivenciado por Kennan, ocorre a divisão da Coreia segundo as linhas ideológicas do modelo bipolar. E na atual estratégia geopolítica atlântica temos o apoio em favor da autonomia da província chinesa do Tibet.

Mas as estratégias geopolíticas aqui examinadas também apresentam variações ideológicas importantes conforme o período histórico e os objetivos políticos mais profundos da aliança atlântica. Na época de Kennan, o discurso do poder central imposto à periferia era pela instalação de regimes alinhados ideologicamente (anti-comunistas), mesmo que fossem ditaduras sanguinárias. Mas atualmente, as exigências do poder hegemônico à periferia incluem a adoção de regras e instituições democráticas, capazes de proteger os investimentos internacionais, de modo que a política externa estadunidense segue, com certo atraso, a política europeia (KHANNA, 2008), condicionando ajuda financeira e investimentos externos à abertura política na periferia eurasiática, como incredulamente observam as ditaduras do mundo árabe logo no início desta segunda década do século XXI.

Referências

ARBEX JR, José. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. São Paulo: Moderna, 1997.

GILPIN, Robert. **O Desafio do Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Touchstone, 1997.

KHANNA, Parag, **O Segundo Mundo: Impérios e Influência na Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1989.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999.

**Recebido em Agosto de 2010.
Publicado em Outubro de 2010.**